



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 154ª reunião, realizada em 4 de julho de 2012

1 Em 4 de julho de 2012, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental
2 (COPAM), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes conselheiros titulares e
3 suplentes: o presidente Adriano Magalhães Chaves / Danilo Vieira Júnior, Fernando
4 Antônio Freire Vieira, Guiomar Maria Jardim Leão Lara, Isabela de Vasconcelos
5 Teixeira, Maria de Fátima Fassy, Murilo Fonte Boa Guimarães Moreira, Tales Heliodoro
6 Viana, Fábio Veras de Souza, José Luiz de Lima, Divino Pereira de Brito / Armando
7 Leonardo Linhares Araújo Ferreira da Silva, Carlos Eduardo Ferreira Pinto e Marco Túlio
8 Simões Coelho – representantes do poder público; Carlos Alberto Santos Oliveira,
9 Alberto José Salum, Wagner Soares Costa, Eduardo Antônio Arantes do Nascimento,
10 João Carlos de Melo, José Carlos Manetta, Célia Regina Alves Rennó, Maria Dalce Ricas,
11 Mauro da Costa Val, José Angelo Paganini, Antônio Eustáquio Vieira e Ismael Eleotério
12 Pires – representantes da sociedade civil. Assuntos em pauta. **1) EXECUÇÃO DO HINO**
13 **NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O presidente
14 Adriano Magalhães Chaves declarou aberta a 154ª reunião do Plenário do Conselho
15 Estadual de Política Ambiental e comunicou sobre a prorrogação do prazo, por 15 dias,
16 para a revisão da Deliberação Normativa nº 74, com o objetivo específico de discutir e
17 apresentar proposta relativa à regulamentação das atividades de exploração de gás natural
18 na bacia do rio São Francisco. “Esse é um tema importantíssimo e, aparentemente, bom
19 para a economia mineira, mas também com alguns cuidados com relação à questão
20 ambiental, levando-se em consideração que, para cada furo, o processo é intensivo na
21 utilização de água. Então, precisamos trabalhar, com um pouco mais de cuidado, uma
22 proposta para a DN 74 com relação a esse item.” **3) COMUNICADOS DOS**
23 **CONSELHEIROS. Código Florestal.** O conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira
24 comentou sobre a aprovação do novo Código Florestal e registrou a preocupação da
25 Federação da Agricultura do Estado de Minas (Faemg) quanto ao cumprimento da
26 legislação. O conselheiro afirmou que Minas Gerais é o único Estado em que a nova
27 legislação ainda não estaria sendo aplicada e destacou a necessidade de aprovação do
28 cadastro ambiental rural. “O cadastro ambiental rural é fundamental para a concretização
29 e a realização de muitas propostas que existem no Código Florestal, e nós não vimos em
30 Minas Gerais, ainda, nenhuma movimentação para que esse cadastro ambiental seja
31 instituído. Só vamos poder usufruir de alguma situação nova que o código hoje oferece na
32 hora em que o órgão ambiental aceitar o meu cadastro de produtor rural.” O presidente
33 Adriano Magalhães Chaves esclareceu sobre o cumprimento da legislação e as
34 providências tomadas pela SEMAD. “Com relação ao Código Florestal, nós temos uma lei
35 mineira em validade, e, naqueles itens que estão hoje válidos pela lei mineira, nós temos
36 que obedecer ao que está na legislação estadual. Para aqueles itens que eram apenas

37 diretrizes administrativas sem regulamentação clara, nós estamos acatando o que estiver
38 no Código Florestal, por exemplo, reserva legal nas obras de infraestrutura, a não
39 exigência de reserva legal para obras de estrada, sistema elétrico, tratamento sanitário. O
40 que não tinha regulação clara no Código podemos de imediato aplicar. Temos com um
41 grupo constituído que está discutindo o que tem na legislação estadual e o que tem de
42 diferente no Código Florestal para que possamos fazer uma proposta conjunta do Estado
43 para regulamentação. A Assembleia Legislativa também está se movimentado, e a ideia é,
44 juntamente com a Casa Civil e a Secretaria de Governo, colocar uma proposta de governo
45 para revisão do Código Florestal. Quanto ao cadastro ambiental rural, nenhum Estado está
46 conseguindo aplicar. O Ibama ainda está comprando as imagens para incorporar ao
47 sistema na maioria dos Estados. Nós fizemos uma série de considerações com relação ao
48 cadastro ambiental rural e com relação ao acordo de cooperação, que veio do Ministério
49 do Meio Ambiente e já devolvemos à Secretaria do MMA com as nossas considerações.
50 Estamos aguardando para assinar o acordo de cooperação, mas é importantíssimo que o
51 sistema tenha condição de rodar efetivamente.” **4) EXAME DA ATA DA 153ª**
52 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO COPAM.** Aprovada por unanimidade a ata da 153ª
53 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 21 de
54 março de 2012, com abstenção do conselheiro Mauro da Costa Val. **5) MINUTA DE**
55 **DELIBERAÇÃO NORMATIVA QUE ESTABELECE O NOVO REGIMENTO**
56 **INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL (COPAM).**
57 **Apresentação: SEMAD. Retorno de vista: conselheiros Maria Dalce Ricas, Carlos**
58 **Eduardo Ferreira Pinto, Wagner Soares Costa e Affonso Damasio Soares.** Minuta de
59 Deliberação Normativa retirada de pauta pela Presidência, a partir da solicitação do
60 conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira, para que as contribuições apresentadas nos
61 relatos de vista possam ser sistematizadas pela SEMAD e apresentadas para discussão e
62 deliberação na próxima reunião. A Presidência acatou a proposta do conselheiro e
63 determinou a convocação de reunião extraordinária do COPAM para o mês de agosto,
64 quando o Plenário deverá deliberar sobre o Regimento Interno. O presidente Adriano
65 Magalhães Chaves informou que a SEMAD deverá apresentar um quadro especificando a
66 proposta original e as propostas de cada entidade, e que ficará a critério das entidades a
67 realização de reuniões no intuito de obter consenso em relação às propostas. Foi fixado
68 ainda prazo de 5 (cinco) dias de antecedência da reunião extraordinária para
69 encaminhamento de qualquer sugestão de alteração da minuta de Deliberação Normativa à
70 SEMAD. Nesta sessão, os conselheiros Maria Dalce Ricas, Carlos Eduardo Ferreira Pinto
71 e Wagner Soares Costa apresentaram seus relatos de vista com as propostas de alterações
72 da minuta, nos termos encaminhados antecipadamente à SEMAD e disponibilizados
73 juntamente com a pauta da reunião. Porém, as propostas não foram objeto de discussão
74 pelo Plenário, considerando a decisão prévia de retirada da minuta de pauta. O relato do
75 representante do Conselho da Micro e Pequena Empresa de Minas Gerais, feito pela
76 conselheira Paula Meireles Aguiar, da Câmara Normativa e Recursal, foi apresentado em
77 conjunto com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), a Federação
78 da Agricultura do Estado de Minas Gerais (Faemg), a Associação Comercial de Minas e o

79 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Além dos relatos de vista, foram registrados
80 ainda os seguintes destaques: – O conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento
81 solicitou que a SEMAD aprofundasse a discussão em torno da previsão de criação e
82 funcionamento de Grupos de Trabalho. “Muitas vezes, o que é remetido para um GT cabe
83 a uma Câmara Técnica, que, a meu ver, é mais robusta institucionalmente do que um GT”.
84 O conselheiro ponderou sobre a necessidade de normatização dos Grupos de Trabalho,
85 considerando, inclusive, a possibilidade de limitação do número de GTs em
86 funcionamento no âmbito do COPAM. – O conselheiro Fábio Veras de Souza destacou a
87 necessidade de definição de critérios para a concessão de pedidos de vista e a exigência de
88 fundamentação, no sentido de se evitar a postergação não justificada de processos e de
89 demais itens de pauta. O conselheiro propôs que fosse feita uma reflexão quanto ao
90 fundamento do pedido de vista e que, não havendo fundamentação explícita e consistente,
91 seja colocado em votação. – O conselheiro Carlos Eduardo Ferreira Pinto considerou que,
92 na maioria das vezes, os pedidos de vista são fundamentados, e destacou a necessidade do
93 cumprimento desse requisito, considerando tratar-se de ato administrativo. Ponderou, no
94 entanto, que, muitas vezes, a fundamentação do pedido de vista não é expressada durante
95 a reunião por já se tratar de um procedimento adotado nos colegiados do COPAM. O
96 conselheiro ressaltou ainda a importância dos pedidos de vista, considerando a
97 complexidade de processos que são analisados. **6) LANÇAMENTO DA**
98 **ELABORAÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO ESTADUAL DE PROTEÇÃO À**
99 **BIODIVERSIDADE. Apresentação: Instituto Estadual de Florestas (IEF).** Marcos
100 Affonso Ortiz Gomes, diretor Geral do IEF, fez apresentação sobre o lançamento da
101 elaboração participativa do Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade, destacando
102 tratar-se de mais um instrumento, dentro do Plano Mineiro de Desenvolvimento
103 Integrado, que irá balizar a gestão ambiental focada na biodiversidade. Informou que, a
104 partir de agosto, deverá ser lançada a elaboração do plano por territórios agrupados de
105 bacia hidrográfica, e apresentou o calendário de oficinas e mobilizações nos municípios e
106 da oficina geral do Estado, que irá fazer a ratificação final do documento. Após a
107 apresentação, foram esclarecidos pontos destacados pelos conselheiros. Nesta sessão,
108 foram registradas ainda as seguintes contribuições dos conselheiros: – A conselheira
109 Maria Dalce Ricas sugeriu que um dos Grupos de Trabalho fosse direcionado para o tema
110 “políticas públicas”, considerando “a estreita relação entre as políticas de proteção da
111 biodiversidade com as agendas econômicas e de infraestrutura do Estado”. “O papel
112 democrático, participativo e educativo de ouvir a sociedade nesta discussão, o êxito deste
113 papel, a contribuição para que as pessoas entendam a questão da proteção da
114 biodiversidade, isso está muito ligado a informações. E as pessoas precisam entender que
115 não é só a SEMAD que vai resolver o problema da biodiversidade. Então, as pessoas
116 precisam entender a ligação até para não pensarem que o meio ambiente vai resolver todos
117 os problemas do mundo. E precisam saber que existem também políticas econômicas da
118 União, do Estado e do município que induzem diretamente a destruição da
119 biodiversidade.” A conselheira registrou ainda as seguintes sugestões: avaliar as
120 possibilidades de se disponibilizar mais vagas para participação nas oficinas e de

121 realização de mais de um encontro na região Norte do Estado. As manifestações da
122 conselheira foram respondidas pelo diretor Geral do IEF, Marcos Affonso Ortiz Gomes,
123 que informou que as ponderações e sugestões serão avaliadas tecnicamente. – O
124 conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento também fez destaques quanto à
125 elaboração do Plano Estadual de Proteção à Biodiversidade. Destacou que, “além da
126 questão da inclusão social, deve ser considerada a questão territorial”. “No modo
127 denominado social, que fala que é relevante que o plano seja elaborado considerando a
128 sociodiversidade mineira etc., o vetor orientador, na verdade, foi o vetor da inclusão
129 social. Eu acho que está absolutamente correto incluir todas as comunidades quilombolas,
130 mas é preciso olhar um outro lado. Na realidade, o último IBGE constata 427 mil
131 propriedades de agricultura familiar (20% em média da área territorial rural) em Minas
132 Gerais. Quando estamos olhando questão territorial e fundiária dessas comunidades de
133 quilombolas e geraizeiros, temos de ter clareza de que estamos falando em termos de
134 ocupação territorial de muito pouco do território. E eu acho que tem de entrar na polêmica
135 real, que é a polêmica com a agricultura. São 427 mil propriedades só de agricultura
136 familiar e 100 mil médias e grandes propriedades. A discussão tem que alcançar isso. Eu
137 acho que tem de ficar um pouco mais claro, porque aquilo que os acadêmicos chamam de
138 agricultura familiar tradicional tem de ser incluído fortemente, inclusive em nível de
139 representação. A segunda questão é não cair no erro de achar que existe só o que a gente
140 conhece. Existem atividades ancestrais, e eu continuo a entender que atividade de
141 extrativismo, na maioria quase total dos casos, é atividade complementar de renda.” O
142 conselheiro propôs ainda que, para a agricultura familiar, fosse considerada uma cota ou
143 critério de gênero em sua representação. O conselheiro registrou também solicitação à
144 SEMAD para que fossem validados como evento do Plano Estadual de Proteção à
145 Biodiversidade os encontros sobre o tema que eventualmente possam ser organizados por
146 iniciativa das próprias entidades, com a participação do IEF. Eduardo Antônio Arantes do
147 Nascimento propôs ainda que a discussão do plano fosse levada também para as Unidades
148 Regionais Colegiadas. Encerrando suas manifestações nesta sessão, o conselheiro
149 ressaltou a necessidade de conhecimento básico do mapa fundiário do Estado, como
150 instrumento auxiliar, por parte dos técnicos que irão trabalhar na elaboração do plano. “Às
151 vezes, pensa-se que o pequeno agricultor está desmatando para fazer o carvão etc. O forno
152 está dentro da pequena propriedade, mas, no caso do grileiro, a madeira é cortada lá longe
153 e é trazida para dentro da pequena propriedade. Essa madeira desmatada ilegalmente, na
154 sua maioria, sai de onde não tem título de terra.” O presidente Adriano Magalhães Chaves
155 considerou legítima a sugestão de se validar os eventos realizados pelas entidades e,
156 quanto à proposta de levar a elaboração do plano para discussão nas URCs, informou que
157 irá solicitar que o IEF faça essa coordenação conjuntamente com a SEMAD. Henrique
158 Augusto Reis, representante da Seapa: “A princípio, parabenizar pelo trabalho, e, depois,
159 não deixar de entender a importância do agricultor como gestor do agroecossistema. Ele é
160 gestor do espaço rural, então, tem que participar ativamente da elaboração desse plano.
161 Priorizar – como o doutor Marcos falou – o Bolsa Verde. Eu acho que, prioritariamente, o
162 Bolsa Verde deveria ser direcionado para as Unidades de Conservação sem regularização

163 fundiária; que esses proprietários recebam o Bolsa Verde enquanto a regularização
164 fundiária não ocorra. Para a representatividade das comunidades tradicionais extrativistas,
165 nós temos o Conselho Estadual do Pró-Pequi, que representa, pelo menos, todas as
166 comunidades extrativistas no bioma cerrado. Seria altamente representativo para todas
167 essas discussões. Provavelmente, irão fazer a proposta de reserva extrativista no bioma
168 cerrado, principalmente na região Norte do Estado. Eles já estão fazendo essa
169 movimentação no ICMBio. Essa proposta já está andando, e eu acho que essa proposta de
170 Resex teria que passar pelo Estado de Minas Gerais, pela Secretaria, e ser gerido pelo
171 Instituto Estadual de Florestas. E gostaria de corroborar com a informação sobre o
172 carvoejamento nas nossas áreas nativas, principalmente no Norte de Minas. O que
173 provoca a supressão e o carvoejamento no Norte de Minas são a miséria e a exclusão
174 social dos moradores dessa região.” Conselheira Maria Dalce Ricas: “O que provoca o
175 carvoejamento, até concordo que um percentual seja a miséria, mas não é só isso. Tem
176 gente comprando terras lá, porque a terra é ainda a preço baixo; mecanizável. Pega a
177 cobertura vegetal, joga no chão, faz carvão e descapitaliza para plantar capim, cana-de-
178 açúcar, eucalipto e outras coisas. Eu acho que é necessário distinguir porque, a princípio,
179 talvez seja simplificar um problema que é mais complexo. E quanto a essa realidade, que
180 eu acho que acontece realmente, se é uma questão econômica, cabe, então, ao governo
181 oferecer alternativas, com fiscalização, porque também a biodiversidade não pode pagar
182 pela miséria. Se não, não teríamos miséria neste país.” **7) ASSUNTOS GERAIS.**
183 **Anteprojeto de Lei de Mudança do Clima.** Felipe Santos de Miranda Nunes, gerente de
184 Energia e Mudanças Climáticas/FEAM, apresentou as contribuições apresentadas pela
185 Polícia Militar e o Singeo, que foram incorporadas à minuta do Anteprojeto de Lei de
186 Mudança do Clima de Minas Gerais, a ser encaminhado à Assembleia Legislativa.
187 Contribuições da Polícia Militar: – Nova redação para o Caput do Artigo 1º: “Art. 1º -
188 Esta Lei institui a Política de Mudança do Clima do Estado de Minas Gerais – PMCE,
189 estabelece seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos.”; – Nova redação para a
190 ementa: “Institui a Política de Mudança do Clima do Estado de Minas Gerais - PMCE –
191 dispondo sobre seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos, e dá outras
192 providências.”; – Ampliar a definição, nos incisos VIII e IX do Artigo 2º, referente aos
193 efeitos adversos de mudanças climáticas e impactos; – Inserir, na política estadual, um
194 dispositivo fazendo alusão ao princípio da precaução, com o seguinte texto: “Serão
195 tomadas medidas para prever, evitar ou minimizar as causas identificadas da mudança
196 climática com origem antrópica no território nacional sobre as quais haja razoável
197 consenso por parte dos meios científicos e técnicos ocupados no estudo dos fenômenos
198 envolvidos.” – Definição de maior participação do COPAM, com a seguinte redação: “A
199 Câmara Temática de Energia e Mudanças Climáticas – CEM, antes da elaboração das
200 propostas a serem encaminhadas à Secretaria Executiva da Comissão, deverá enviar os
201 planos setoriais, conforme listados na norma, às demais câmaras temáticas do COPAM
202 para que se possa analisar, deliberar e emitir parecer a respeito.” Contribuição do Singeo:
203 – Nova redação para o inciso IX do Artigo 6º: “IX - a observação sistemática e precisa do
204 clima e suas manifestações no território estadual por meio da ampliação e melhor

205 distribuição territorial da rede de estações meteorológicas, instalação de radares
206 meteorológicos e sua interligação ao sistema de defesa civil e consolidação de uma base
207 de dados climatológicos integrada.” **ENCERRAMENTO.** Em seguida, não havendo
208 outros assuntos a serem tratados, o presidente Adriano Magalhães Chaves declarou
209 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

210

211

APROVAÇÃO DA ATA

212

213

214

Presidente Adriano Magalhães Chaves